

CULTURA POLÍTICA DE SANTA MARIA – RS ATRAVÉS DE RESULTADOS ELEITORAIS (1945-1963)

POLITICAL CULTURE OF THE CITY OF SANTA MARIA/RS THROUGH ELECTION RESULTS (1945-1963)

Guilherme Catto¹
Dr. André Átila Fertig²

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta a construção de um panorama do comportamento político-eleitoral dos cidadãos de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desde o final da década de 1940, passando pela década de 1950 e início da década de 1960. O panorama proposto tem por objetivo demonstrar como se originou o cenário que permitiu amplo apoio da maioria do legislativo municipal ao Golpe Civil-Militar de 1964. Para tanto, serão demonstrados os resultados eleitorais das eleições municipais, sistematizados a partir da análise de conteúdo quantitativa, bem como os votos dos eleitores da cidade para presidente, vice-presidente, governador, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Essas estatísticas apontam que no referido intervalo temporal há, em Santa Maria, um crescimento dos partidos liberais-conservadores, que está intimamente ligado ao decréscimo de votos para os partidos da esquerda-nacionalista, como o Partido Trabalhista Brasileiro, por exemplo. É possível notar, a partir dos dados observados, uma mudança no comportamento político dos santamarienses, que pode ser parcialmente compreendida através do conceito de cultura política. O crescimento de uma cultura política conservadora na cidade, representada pela força eleitoral dos partidos de oposição ao governo João Goulart, nos pareceu permitir a formação, em 1963, de uma legislatura que em sua maioria apoiou o processo golpista.

Palavras-chave: cultura política; liberal-conservador; PTB; Santa Maria;

ABSTRACT: This work has the objective to build a picture of the political and electoral behavior of the citizens of Santa Maria, city in the state of Rio Grande do Sul-Brazil, since the end of the 1940s, during the 1950s and early 1960s. The proposed scenario aims to demonstrate the origin of the panorama which allowed wide support to the Civil-Military Coup of 1964 from the majority of municipal legislature members. Therefore, the election results of the municipal elections will be demonstrated, systematized from the quantitative content analysis as well as the votes of the city electors for president, vice president, governor, the House of Representatives and Legislative Assembly. These statistics show that during this time interval there was, in Santa Maria, an increase of liberal-conservative parties, which is closely linked to the vote decrease for left-nationalist parties, as the Brazilian Labor Party, for example. From the observed data, it is possible to notice a change in the political behavior from the electors of Santa Maria, which can be partially understood through the concept of political culture. The growth of a conservative political culture in the city,

¹ Mestrando em História da Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS); E-mail: gcatto@msn.com;

² Professor associado da Universidade de Santa Maria/RS; Dr. em História pela Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); E-mail: andre.fertig@hotmail.com;

represented by the electoral strength of the opposition parties to the government of the President João Goulart, seemed to have allowed the formation, in 1963, of a legislature that mostly supported the coup process.

Keywords: liberal-conservative; political culture; PTB; Santa Maria

Introdução

O presente artigo é um recorte do trabalho de conclusão de graduação intitulado “Disputa Política e Apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 no Legislativo de Santa Maria – RS”, defendido em janeiro de 2014, no curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O recorte escolhido para ser tema deste artigo pertence ao segundo capítulo do trabalho, no qual é feito um panorama parcial da cultura política santa-mariense através de resultados eleitorais da cidade e de editoriais, notícias e artigos veiculados na imprensa local. Aqui, trataremos exclusivamente de abordar a cultura política através dos resultados eleitorais.

O conceito de cultura política empregado no presente trabalho baseia-se nas contribuições da nova história política. Trata-se de uma categoria que dá respostas mais satisfatórias para os comportamentos políticos no decorrer da história (BERSTEIN, 1988, p. 349), permitindo, assim, a “compreensão dos sentidos que um determinado grupo [...] atribui a uma dada realidade social” (GOMES, 2005, p. 31). Essa compreensão é possível, pois, as culturas políticas articulam “ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulários, etc.” (Idem, p. 32). Além disso, o conceito de cultura política “incorpora sempre uma leitura do passado”, o que nos permite afirmar que “estudar uma cultura política [...] é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada” (Idem, p. 33).

O conceito é também definido por Sirinelli como “uma espécie de código e de conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (1992, p. 3 apud BERSTEIN, 1998, p. 350). De acordo com Berstein, é possível inferir, a partir dessa definição, “o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país” (1998, p. 350). Ter conhecimento dessa pluralidade é fundamental para nosso trabalho, tendo em vista que a

disputa entre culturas políticas é um dos objetos de nossa análise. A diversidade de culturas políticas é destacada por Gomes, ressaltando que, em muitos momentos, elas estão “competindo entre si, complementando-se” ou “entrando em rota de colisão” (2005, p. 31).

Assim como Sirinelli, Gomes (Idem, p. 32) destaca a importância dos partidos políticos, afirmando que esses figuram entre as instituições-chave para a transmissão e recepção das culturas políticas, ou seja, a predominância eleitoral de um partido é indício da força que possuía a cultura política por ele representada. Dessa forma, a interpretação das estatísticas eleitorais de Santa Maria nas décadas de 1940, 1950 e 1960 nos dá acesso a “uma certa visão de mundo” de seus cidadãos (Idem, p. 31), além de nos mostrar quais as culturas políticas que estavam em disputa no município.

Há, no entanto, de se destacar que a cultura política não é “uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Portanto, nossos resultados, como todo o conhecimento histórico, não são absolutos e sim parciais, mas nem por isso, inverídicos (THOMPSON, 1981, p. 49).

As estatísticas das eleições estaduais e nacionais utilizadas nesse artigo foram retiradas do livro “Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)”, de Maria Izabel Noll e Héglio Trindade, já as informações e resultados das eleições municipais foram adquiridas em pesquisa às edições do jornal santa-mariense “A Razão” – dos dias próximos às eleições – dos anos de 1951, 1955, 1959 e 1963, consultado no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O cenário político

A cidade de Santa Maria era considerada, desde o final da década de 1940, uma “trincheira trabalhista, e ao mesmo tempo reduto conservador” (KONRAD, 2006, p. 101). Possuía grande contingente militar, mas também um grande número de trabalhadores da Viação Férrea (Idem, p. 101) – por ser, na época, “principal entroncamento ferroviário do estado” (LIMA, 2013, p. 32). Do ponto de vista político-institucional, os arranjos partidários na cidade seguiam o modelo presente no Rio Grande do Sul: de um lado o Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB) e de outro os partidos que formavam o bloco anti-PTB, nas palavras de Flach e Cardoso (2007, p. 61). Essa clivagem surgiu alguns anos após o término do Estado Novo, em 1945: enquanto em nível nacional as novas agremiações organizaram-se em torno do apoio ou oposição a Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, dois herdeiros do getulismo e maiores agremiações do estado, estavam em blocos opostos. (Idem, p. 61) Segundo Trindade e Noll, o bloco anti-PTB era formado principalmente pelo PSD e partidos que orbitavam ao seu redor, como, por exemplo, o Partido Libertador (PL), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido da Representação Popular (PRP) – herdeiro do integralismo dos anos 1930 – e o Partido Social Progressista (PSP). Pode-se dizer que PSD gaúcho aderiu ao projeto liberal-conservador, representado pela UDN e pelo PL, para opor-se ao projeto nacional-estatista (FERREIRA, 2003a, p. 303).

Por fim, ainda se deve considerar a presença dos comunistas, no Partido Comunista do Brasil, até 1947 – quando esse é posto na ilegalidade –, e dos socialistas do Partido Socialista Brasileiro, que possuíam uma posição de autonomia em relação aos dois blocos principais. Ainda que com algumas variações ao longo da década, era esse o principal modelo da disputa política no Rio Grande do Sul e em Santa Maria.

As eleições

Ainda pouco organizado, em 1945, o PTB obteve resultados pouco expressivos, – como podemos observar através das estatísticas expostas na obra de Trindade e Noll (1995) – enquanto o PSD, a UDN e o PCB, por exemplo, alcançaram bons níveis nas estatísticas eleitorais. Em Santa Maria, o PSD foi largamente vitorioso nessa primeira eleição da nova fase do regime republicano. O presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, obteve pouco mais de 70% dos votos, tendo como segundo colocado o candidato Yeddo Fiúza do PCB, que ficou a frente da coligação liberal-conservadora UDN-PL, do brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições para Câmara Federal, os resultados seguiram a mesma linha, tendo o PSD a esmagadora maioria, com 67,25% dos votos, próximo dos 70,81% do candidato Dutra. Novamente, em segundo lugar, estava o PCB, seguido de PL e UDN. O PTB, ainda pouco estruturado, só ficou a frente do PRP na cidade.

É de destaque a grande aceitação do partido comunista em Santa Maria, apresentando-se, em 1945, como segunda força política. De acordo com as estatísticas, essa força já não existia em 1947. O PCB recebe menos votos até mesmo que o PL. No mesmo ano de 1947, o Partido acabou por ser cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Foi na referida eleição de 1947 – para deputados estaduais, governador do estado e senadores – que o PTB conseguiu alavancar sua força. Essa disputa eleitoral acaba inaugurando o embate entre PTB e PSD, que se tornou comum no Rio Grande do Sul durante todas as eleições até o Golpe de 1964, a despeito da vontade de Getúlio em conciliar e buscar a aliança entre ambos os partidos. Essa não obediência do PTB se refletiu no lançamento de um candidato ao governo do estado para disputar com o pessedista Walter Jobim. (FLACH e CARDOSO, 2007, p. 64).

Na eleição, Walter Jobim, do PSD, foi o vencedor com uma diferença de pouco mais de 3% sobre o candidato trabalhista Alberto Pasqualini. A coligação UDN-PL somou apenas 19%. No entanto, Pasqualini conseguiu mais de 50% dos votos em Santa Maria, muito a frente dos 29% de Jobim, mostrando que o trabalhismo já se consolidava como força expressiva no município. Tal força possivelmente devia-se ao enorme contingente de trabalhadores da Viação Férrea na cidade, o que vai permitir a Konrad (2006, p. 101) afirmar que Santa Maria era “ponto estratégico [...] para a esquerda nacionalista, através dos ferroviários (RFFSA)”. Tal esquerda nacionalista era representada pelo trabalhismo através do PTB, principalmente após a ilegalidade do PCB. Os demais resultados, em âmbito estadual, favoreciam os petebistas, que elegeram Salgado Filho ao Senado e aumentaram o número de cadeiras na Assembleia. Nesse momento, portanto, já se pode ver em Santa Maria o crescimento de uma cultura política trabalhista, ligada ao que é chamado por Ferreira de nacional-estatismo (2003a, p. 303-304). Ao mesmo tempo, se vê a pouca expressão que os partidos liberais-conservadores, como UDN e PL, têm na cidade; o candidato dessa coligação não chega nem aos 15%.

Aos poucos, o PTB “desgetulizou” o PSD, até que o próprio ex-presidente oficializou sua saída do segundo, em 1948. Dessa forma, convencionou-se dizer que o PSD, no Rio Grande do Sul, tornou-se “udenizado”, fazendo o mesmo jogo dos partidos liberais-

conservadores (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 81). Isso veio a se comprovar no decorrer da década de 1950, quando foi fortalecido o bloco anti-PTB gerado a partir das eleições de 1947.

No processo eleitoral de 1950, concorriam candidatos a presidente e vice, deputados federais e estaduais, governador e senador. Apareceu nesse ano, pela primeira vez, uma aliança que por algumas vezes se repetiria entre o PTB e o PSP, partido de Adhemar de Barros, com grande força em São Paulo, mas pouco expressivo no Rio Grande do Sul. Ambos, somados ao Partido Social Democrático Autonomista (PSDA), dissidência do PSD, elegeram Getúlio Vargas à presidência, assim como seu vice, Café Filho.

Enquanto o PSD lançou-se sozinho na eleição para presidente, no estado, a formação do bloco anti-PTB continuava dando sinais. Coligado à UDN e ao PRP, os pessedistas apoiaram Plínio Salgado no senado. Cylon Rosa era o candidato da coligação ao governo do estado, e foi derrotado por Ernesto Dornelles, da coligação PTB-PSDA-PSP. Vargas e Dornelles foram vitoriosos em Santa Maria com larga vantagem. Enquanto o primeiro somou 60,5% dos votos, o segundo chegou a 58%, resultados muito semelhantes. Pasqualini conseguiu a eleição ao Senado; na cidade, chegou aos 59,8%. Cylon Rosa obteve somente 32,85% ao passo que o candidato do PL obteve 5,15%. Christiano Monteiro Machado, candidato do PSD a presidência, ficou com 25,2% e, Eduardo Gomes, da coligação UDN-PL, não alcançou nem 12%. Curiosamente, o PTB teve, nesse processo, uma pequena queda dos seus índices de votos para a Assembleia Legislativa no Município – de 53,65%, em 1947, para 45,3% –, destoando do resultado geral do estado, onde o partido aumentou suas cadeiras. Em contrapartida, o PSD que fez 20,65% dos votos em 1947, chegou a 30,45%. UDN, PL, PRP e PSP mantiveram números semelhantes ao da eleição de 1947. No entanto, mesmo com esse pequeno decréscimo, os trabalhistas ainda estavam muitos votos à frente de seus concorrentes diretos do PSD.

O final do ano de 1954 contou com um fato determinante para história brasileira. O presidente Getúlio Vargas, sob a pressão de seus ministros militares e da oposição, cometeu suicídio. A comoção popular, então, apresentou-se nas ruas com a depredação dos órgãos antivarguistas. As propagandas de candidatos da UDN, bem como jornais oposicionistas, acabaram sendo alvos da destruição e revolta. (FERREIRA, 2003a, p. 310).

No mesmo ano de 1954, ocorreram eleições para senador, deputados estaduais e federais e governador. As oposições aproveitam-se da revolta popular, resultado do suicídio do carismático presidente, para fazer uma campanha em prol da “ordem e tranquilidade”, denunciando o PTB pelas depredações (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 70). Também foi usada como alvo a figura do governador Ernesto Dornelles, acusado de não ter agido imediatamente para conter os ataques (FERREIRA, 2003a, p. 310).

Ainda que essa situação tenha afetado a campanha eleitoral de maneira geral, em Santa Maria o PTB se manteve como principal força. Alberto Pasqualini, candidato trabalhista, foi derrotado por Ildo Meneghetti, da coligação chamada de Frente Democrática, formada por PSD, UDN e PL. No âmbito municipal, Pasqualini foi vitorioso, teve 53,5% dos votos, mas sua diferença para o candidato da Frente, que vinha logo em segundo com 40,9%, foi menor do que nas disputas anteriores.

Os votos para deputados estaduais em Santa Maria mantiveram o PTB com bastante vantagem, mas o índice foi praticamente o mesmo de 1950, quase 10% a menos que em 1947. Dessa vez, o PSD também acaba perdendo força. É destacável o crescimento do PL, além da estreia do PDC nas eleições do Rio Grande do Sul. Esse último conseguiu rápido crescimento, tanto no estado quanto no Município. De maneira geral, a conjuntura permanecia favorável ao PTB em Santa Maria, mas se pode ver que forças alternativas ao longo do período são criadas ou retomadas, casos do PDC e PL, respectivamente. O PL compunha a coligação anti-PTB, salvo casos em que se lançava sozinho. Já o PDC se estrutura no estado em 1954 e presta apoio ao candidato da coligação UDN-PL para a presidência, em 1955. Mesmo que na cidade o bloco liberal-conservador não conseguisse vitórias expressivas nas eleições nacionais e estaduais, suas forças somadas espelhavam o equilíbrio que era característico do estado. A participação dos partidos pequenos em uma ou outra coligação “pesava de modo estratégico.” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 81). Consideramos que o surgimento de novos partidos, como é o caso do PDC e posteriormente do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), é vital para a diminuição da influência do PTB em Santa Maria.

O referido equilíbrio no Rio Grande do Sul mostrou-se mais latente nas eleições para a vice-presidência de 1955. João Goulart, candidato pela coligação PTB-PSD, venceu o udenista Milton Campos no estado por uma diferença muito pequena (Idem, p. 71). Nessas

eleições, o candidato à presidência da coligação PSD-PTB, Juscelino Kubistchek de Oliveira, foi vitorioso, também com diferença pequena de votos para o segundo colocado nos resultados do Rio Grande do Sul.

Em Santa Maria, os liberais-conservadores cresceram consideravelmente, ainda que sem vitória. O combinado UDN-PL aumentou seus índices, agora com a participação do PDC na coligação. Enquanto que em 1950 os primeiros obtiveram 11,55% dos votos para presidente no município, a nova coligação representada pelo candidato Juarez Távora, conseguiu somar quase 30% em 1955. Também o PSP, que sem coligação lançou Adhemar de Barros, conseguiu pouco mais que 17%. Em contrapartida, o PTB, coligado com o PSD, perdeu cerca de 10% dos votos que elegeram Vargas em 1950.

De maneira curiosa, os votos para Juscelino e Goulart, representantes da coligação PSD-PTB, destoaram bastante em Santa Maria. O candidato filiado ao PSD recebeu 49,7% dos votos, já o candidato trabalhista recebeu algo próximo de 60%. Essa diferença de quase 10% pode ter se concentrado no candidato a presidência do PSP, partido aliado dos trabalhistas em 1950. Essa inferência é possível principalmente se formos comparar os índices dos candidatos a presidente e vice, pelo PSP: Adhemar de Barros tinha 17,7%, já o seu candidato à vice somava ínfimos 2,58%. Mais uma vez se demonstra a intensa rivalidade entre pessedistas e trabalhistas. A coligação nacional não conseguia funcionar nem no estado, nem em Santa Maria.

O ano de 1958 trazia as eleições para o governo do estado, deputados estaduais e federais e senador. Foi acertada para esse processo uma coligação inusitada entre PTB e PRP, além do PSP. O caso é que os dois primeiros possuíam “agendas políticas diferenciadas” (Idem, p. 72), fator que gerou fortes críticas, tanto dos próprios membros dos partidos quanto da oposição. Com essa parceria peculiar, o candidato perrepista ao Senado acabou eleito e Leonel Brizola venceu Walter Peracchi Barcellos, da Frente Democrática. Nas eleições proporcionais, Mercedes Cánepa fala de “uma expressiva vitória da coligação PTB-PRP-PSP sobre a Frente Democrática”. O PRP contribuiu com a força que tinha nas zonas de colonização italiana e alemã. (2005, p. 258)

Em Santa Maria, poucas mudanças apareceram nos resultados para a Assembleia Legislativa; só se destaca o crescimento do PDC, que vai de 3,9% em 1954, para 5,4% em

1958. Na Câmara Federal, a UDN perdeu força de maneira considerável, bem como o PSP e o PRP; em contrapartida, o PTB subiu 4%, aumentando o número de cadeiras do partido. Brizola conseguiu aumentar os índices que Alberto Pasqualini alcançou em 1954, venceu Peracchi Barcellos com uma diferença de 20%. Essa eleição pode ser considerada, segundo as estatísticas, como o melhor momento do PTB na cidade. Fora os resultados para a Assembleia do estado, que teve seus maiores números em 1947, o PTB conseguiu o mais exitoso resultado nas eleições para governador e obteve 62% dos votos para a Câmara Federal.

No entanto, o ano de 1959 foi determinante para que o PTB perdesse força e tivesse seus votos reduzidos nas eleições de 1960 e 1962. Dizem Flach e Cardoso:

[...] a cisão ocorrida no seio do PTB em 59, que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador, acabou gerando a migração de votos a este novo partido, como se verificou já na eleição municipal de 1959 em Porto Alegre, quando Fernando Ferrari deu seu apoio ao candidato Loureiro da Silva, da coligação PDC-PL [...]. Novamente, nas eleições de 60, essa grande liderança do MTR disputou a vice-presidência da República juntamente com o petebista João Goulart. Ferrari obteve no estado 44,11% dos votos, contra 37,42 recebidos por Goulart. (2007, p. 74)

Somado a isso, podemos notar nas estatísticas que o PDC acabou ganhando bastante força desde sua primeira eleição no Rio Grande do Sul, em 1954. Santa Maria, especialmente, aderiu rapidamente a esse partido. Dos votos da cidade para a Assembleia, o PDC vai de 3,9%, em 1954 a 16,2, em 1962. Nesse mesmo intervalo, o PTB vai de 44% para 38% e o PSD cai de 23,8% para 14,3%. Também, PSP e PRP recebem 0,7% e 0,6%, em 1962. O PDC, como já referido anteriormente, somou-se ao bloco liberal-conservador, o que, consequentemente, o fortaleceu. Além disso, PTB e PRP desfizeram a aliança de 1958. A conjuntura política vai tornando-se desfavorável para os trabalhistas do PTB.

Mas antes ocorreram as eleições de 1960 para presidente e vice-presidente. O PDC aliou-se à UDN que lançou o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros. Da coligação PTB-PSD, o nome do Marechal Henrique Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra e figura importante na manutenção da legalidade em 1955, foi escolhido. Além desses, Adhemar de Barros concorreu pelo PSP. Para a vice-presidência, os candidatos foram Fernando Ferrari, pelo

recém-fundado MTR, João Goulart, pela coligação PTB-PSD e Milton Campos, pela UDN. A vitória ficou com Jânio e Jango. Entretanto, Fernando Ferrari foi vitorioso no estado.

Em Santa Maria, o Marechal Lott conseguiu vencer Jânio, mas por uma diferença de 2,3%. Nunca a diferença entre primeiro e segundo colocados havia sido tão pequena. Nos anos anteriores, os candidatos vencedores na cidade – Dutra pelo PSD em 1945, Vargas pelo PTB-PSP em 1950 e Juscelino pelo PTB-PSD, em 1955 – conseguiram diferenças de no mínimo 20% dos votos para o segundo colocado.

Ainda que não tenham se coligado oficialmente, é possível que os membros dos partidos conservadores – PL e PRP – tenham contribuído para a vitória de Jânio Quadros. Além disso, podemos inferir que os votos dos eleitores do MTR não tenham ido para o PTB, partido do qual muitos saíram para formar tal movimento. De uma posição pouco efetiva durante toda a década de 1950, os partidos conservadores conseguiram crescer e ameaçar a consolidada força do PTB, no início da década de 1960, tanto em âmbito estadual/nacional como municipal. Podemos notar aí um declínio da cultura política ligada ao trabalhismo e ao PTB na cidade de Santa Maria, e uma ascensão de outra cultura política, essa muito mais próxima do conservadorismo, o que pode explicar o apoio de grande parcela de civis ao Golpe de 1964 (KONRAD, 2006, p. 103), bem como a legislatura de maioria conservadora que foi eleita para a Câmara Municipal em 1963.

É no ano de 1961 que a disputa entre trabalhistas e liberais-conservadores encontrou mais um momento crítico. Em agosto do referido ano, o presidente eleito, Jânio Quadros, renunciou. Assumiu, então, a presidência o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, já que o vice-presidente, João Goulart, encontrava-se no exterior. A situação se agravou com a manifestação de setores conservadores, civis e militares, que demonstravam sua contrariedade em relação à posse de Jango. Segundo Jorge Ferreira, os três ministros militares teriam falado até da “‘inconveniência’ do regresso de Goulart ao Brasil” (FERREIRA, 2003a, p. 327).

A resistência à tentativa de Golpe começou no Rio Grande do Sul, através da figura do governador Leonel Brizola. Já nas eleições de 1958, o então prefeito de Porto Alegre despontava como grande liderança, algo denominado por Fay de Azevedo como “fenômeno Brizola” (*apud* FLACH; CARDOSO, 2007, p. 73), devido à “sua grande capacidade de arregimentação do eleitorado” (Idem, p. 73). Desta forma, o governador do Rio Grande do

Sul, com o apoio da Brigada Militar e do III Exército (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), iniciou a chamada Campanha da Legalidade, que conseguiu garantir o retorno de João Goulart ao Brasil e também sua posse, porém, em um regime parlamentarista (FERREIRA, 2003a, p. 335).

Mesmo com a vitória da Legalidade, a crise não estava devidamente resolvida. Como bem diz Toledo, “o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado.” (1982, p. 7). Além da referida crise política, havia também a crise econômica que acompanharia Jango até seus últimos momentos como presidente. Assumiu “com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente” (FERREIRA, 2003b, p. 348).

O episódio de agosto de 1961 foi sanado com paliativos. A conciliação para a posse de Goulart evitou um Golpe Civil-Militar, mas, ainda segundo Toledo, foi “um golpe político [...] contra o regime vigente, pois a carta de 1946 proibia [...] toda e qualquer reforma constitucional num clima insurrecional” (1982, p. 18). Entre muitos, Brizola – segundo Jorge Ferreira – “negava-se a aceitar o acordo” (2003a, p. 335).

A partir desse momento, só fez-se aumentar o grau da polarização entre liberais-conservadores e a esquerda nacionalista. Após agosto de 1961, o PTB e outros grupos de esquerda empenhavam-se em fazer campanha contra o parlamentarismo (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 75). Além da luta pelo retorno ao regime presidencialista, as Reformas de Base, “demandas históricas das esquerdas” (FERREIRA, 2003b, p. 351) eram a ordem do dia para o novo governo, já que Goulart era um de seus maiores defensores durante a década de 1950 (Idem, p. 351). Brizola, fortalecido com a Campanha da Legalidade, ganhou projeção nacional como “grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas” (Idem, p. 352). Konrad e Lameira afirmam que “a sensação quase geral era de que a vitória não havia sido completa, exceto os conservadores, que aplaudiram a saída ordeira e pacífica, colocando o Presidente com poderes limitados” (2011, p. 71).

As eleições de 1962 ocorreram, portanto, nesse período tenso, política e economicamente (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 76). Os gabinetes do falido regime parlamentarista não se sustentavam devido à intensa batalha entre os grupos políticos que

representavam os projetos antagônicos no plano nacional, fator que dificultava a atuação de Goulart na política de conciliação entre as tentativas de reforma e a pressão das classes conservadoras. Nas palavras de Jorge Ferreira “sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade” (2003b, p. 348).

As eleições de 1962 caracterizaram-se por uma queda significativa dos votos do PTB, principalmente após seu ápice eleitoral no fim dos anos 1950. O bloco anti-PTB, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uniu-se em uma coligação com força nunca antes mostrada nos períodos anteriores: juntaram-se no grupo conservador – chamado de Ação Democrática Popular (ADP) – PSD, UDN, PL, PDC e PRP. O PSP, dividido no estado, apoiou formalmente esse grupo. O próprio nome da referida coligação

apelava à gravidade daquele momento político bem como enfatizava a necessidade de manutenção da ordem e da democracia, visto que haveria um clima de grande insegurança, gerado com a suposta infiltração de comunistas em diversas esferas do governo (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 76-77)

O PTB é obrigado a concorrer sozinho, ainda tendo que disputar o terreno político com a grande liderança que era Fernando Ferrari, pelo MTR, o mesmo que venceu no estado e em Santa Maria a disputa pela vice-presidência em 1960. Mercedes Cánepa destaca nessa candidatura o repúdio “ao conservadorismo tradicional representado pela Frente Democrática (agora ADP), bem como a relação patrimonialista do PTB com o aparelho de Estado.” (2005, p. 365). Entretanto, na prática, o MTR de Ferrari alinhava-se ao grupo liberal-conservador. Essa postura nos possibilita a inferência de que os votos dos eleitores do MTR nas eleições anteriores possivelmente não iam para o PTB, mesmo sem um candidato do movimento na disputa.

Ildo Meneghetti consegue, então, sua segunda vitória no estado com uma diferença de menos de 2% sobre Egydio Michaelson, do PTB. Em Santa Maria, a vitória ficou com o trabalhista, entretanto, pôde-se registrar uma queda de 59,2%, em 1958, para 42,6%, pior resultado do Partido desde o retorno ao regime democrático. Meneghetti somou 27,7% dos votos e, Fernando Ferrari, 25,5%, demonstrando mais uma vez a importância da divisão ocorrida dentro do trabalhismo.

Além da vitória nas eleições majoritárias, os conservadores conseguiram, somados, 14 cadeiras na Câmara Federal, empatando com o PTB; a última vaga ficou com o MTR. Na Assembleia, o resultado também foi desfavorável ao PTB, que somou 23 cadeiras contra 27 dos membros da ADP, tendo ainda a oposição do MTR com 4 cadeiras. O peso da soma dos partidos conservadores mostrou-se efetivo frente ao trabalhismo, representado na maior legenda do estado.

Em Santa Maria, o PTB também chegou aos seus piores índices nas eleições proporcionais desde sua consolidação enquanto grande partido em 1947. Para a Assembleia do estado, somou 38,8% dos votos, queda de 7,1%; já na Câmara, queda de 16%. Esses resultados podem ser atribuídos ao já referido acirramento das posições políticas, aos novos arranjos, como a maciça coligação liberal-conservadora, e também à migração de votos com a cisão causada pelo MTR.

Podemos ver que, do ponto de vista político-institucional ou eleitoral, o período imediatamente pré-Golpe se torna bastante hostil ao PTB. De uma década inteira de crescimento e consolidação, o partido começou a década de 1960 contando com adversários fortalecidos e coligados em um grupo só. Mostraremos a seguir que, na Câmara Municipal, a situação reflete os votos dos santa-marienses nas eleições estaduais e nacionais.

As “Câmaras” de Santa Maria

Os arranjos eleitorais, no âmbito municipal, em quase nada diferiam do “modelo” exposto na primeira parte do texto: protagonizavam PTB e o bloco anti-PTB. Aqui, como no estado, de maneira geral, PSD e PTB acabavam por polarizar a disputa, sendo que o PSD aliava-se, normalmente, à UDN, PL e PDC – esse último após 1955 – para, dessa forma, alcançar ou superar o número de votos do PTB. É de destaque, refletindo também o exemplo do que acontecia no estado, a importância dos votos dos partidos pequenos, como PSP e PRP, que poderiam desequilibrar a disputa.

Já na edição de 7 de outubro do diário local “A Razão”, uma nota falava em 5 candidatos para o cargo de prefeito: Heitor Campos, pelo PTB; Raimundo Cauduro, pela “Coligação Democrática Santa-mariense” (PSD-PL-PRP); João Antônio Edler, pela UDN;

Aristeu Dreon, pelo PSP; e Pedro Alvarez, pelo PSB. Ainda que tenha lançado candidato próprio à prefeitura, a UDN já havia garantido fidelidade à Coligação Democrática na eleição proporcional, como se pode ver em notícia do mesmo jornal, em 4 de outubro, que tem por manchete: “Hoje será conhecido o candidato da ‘Coligação’”. Nessa matéria sobre a reunião dos partidos da dita coligação, o líder da UDN manifestava-se dizendo que o partido “Permanecia, entretanto, fiel à disputa para a Câmara de Vereadores na legenda coligada.”.

Os resultados da eleição foram divulgados no jornal “A Razão” de 6 de novembro de 1951 e a vitória foi do candidato trabalhista Heitor Campos, com 6639 votos, tendo como segundo colocado o candidato pessedista da Coligação Democrática, com 4436 votos. O resultado se repetiu na eleição de vice-prefeito, com a vitória de Raul Valandro, do PTB. A grande diferença que houve entre os primeiros e segundos colocados para os demais candidatos da disputa demonstra a pouca força que possuíam os partidos menores – como UDN e PSP, os quais concorreram sozinhos – caso não estivessem coligados. Esses dois partidos conseguiram somente 240 e 572 votos, respectivamente.

Nas eleições proporcionais, o PTB elegeu 7 vereadores de um total de 15 e a Coligação Democrática conseguiu 6, – 4 do PSD, 1 do PL e 1 do PRP. As outras duas cadeiras ficaram com PSP e PSB. Os resultados por si só demonstram uma maioria do PTB. No entanto, os trabalhistas contavam não só com a oposição dos já tradicionais adversários liberais-conservadores, mas também com a oposição do membro do PSB. Além disso, em algumas ocasiões, o vereador do PSP se colocou em posição de apoio ao bloco oposicionista, fato que gerava uma maioria de 8 contra 7. É notável o equilíbrio de forças no município, repetindo o que acontecia nas eleições estaduais.

Cabe o destaque para a existência de um grande número de votos no PSB, partido que, segundo Flach e Cardoso, estava “voltado ao operariado, mas que não se constituiu como alternativa de massa” (2007, p. 60). Esse pequeno sucesso eleitoral do PSB – que teve o seu candidato à prefeitura em terceira colocação com 1513 votos – não voltaria a existir. A legislatura de 1952-1955 foi a única em que o partido contou com algum representante na Câmara; nas eleições estaduais e federais em que participaram, os socialistas não chegaram a 1% dos votos na cidade. Somente a esquerda vinculada ao PTB conseguia manter alguma representatividade na no legislativo municipal. Também cabe a ressalva de o PCB não estar

mais legalizado, lembrando que esse partido fez um bom número de votos na cidade em 1945, nas eleições nacionais e estaduais. Esse fato talvez possa explicar os bons índices do PSB nessa eleição, também considerando que muitos membros do PCB, devido a ilegalidade do mesmo, concorriam nessa legenda.

O ano de 1955 contava com a campanha eleitoral para a Presidência da República. Os ânimos estavam exaltados no País, devido à já referida crise instaurada desde os fins do governo de Getúlio Vargas acarretada por seu suicídio em agosto de 1954. (FERREIRA, 2003a, p. 315-326). Foi nesse cenário de instabilidade que ocorreram as eleições municipais. Na cidade, ocorreu a primeira participação do PDC, que, como já foi destacado, cresceu rapidamente entre o eleitorado santa-mariense. Dessa vez, a polarização entre PTB e PSD refletiu-se na disputa pelo Executivo, como podemos notar através do jornal “A Razão” de 2 de outubro de 1955: só concorreram dois candidatos: Vidal Dania, pelo PTB, e José Marques da Rocha, pela Frente Democrática (PSD-UDN-PL) e PDC. Aqui se comprova que, imediatamente após sua estruturação na cidade, o PDC aliou-se ao bloco liberal-conservador anti-PTB. Para vice-prefeito, os candidatos eram três: Deocleciano Dornelles, do PTB; Armando Vallandro, da Frente Democrática; e Vitor Francisco Schuch, pelo PDC. Para o Legislativo somavam-se 128 candidatos distribuídos por PSD, UDN, PL, PTB, PRP, PSP, PDC e PR.

A vitória novamente foi do candidato trabalhista: somou – segundo resultado parcial exposto em edição do jornal “A Razão” de 6 de outubro – 9020 contra 5230 votos de José Marques da Rocha. O vice-prefeito eleito foi Deocleciano Dornelles, também trabalhista, com 8520 votos. Mesmo somados, os opositoristas não bateriam o vice do PTB. O concorrente pelo PDC teve 1413 votos e o da Frente 3909. Ambos os vices – do PTB e da Frente – obtiveram menos votos que seus correspondentes na disputa pela prefeitura. Com isso, podemos inferir que a candidatura do PDC para vice-prefeito deslocou votos tanto de trabalhistas quanto da Frente Democrática. Na Câmara, o cenário foi de bastante equilíbrio, como vemos no resultado exposto em “A Razão”. Frente Democrática e PTB elegeram 7 vereadores cada um, cabendo ao PSP ser o “fiel da balança”.

Nas eleições de 1959, a situação político-partidária começava a se modificar. Como já dito, havia ocorrido a cisão no PTB que originou o MTR. Além disso, o PDC continuava seu

crescimento, como se pôde ver nas estatísticas já expostas. Esse processo eleitoral ainda foi influenciado pela união formada, em 1958, para as eleições ao governo do estado, momento em que Leonel Brizola recebeu o apoio do PRP.

No arranjo partidário para as eleições municipais, os dissidentes trabalhistas apoiaram os candidatos da coligação liberal-conservadora através de uma instituição chamada de Centro Cívico Alberto Pasqualini. Grandes líderes ainda vinculados ao PTB – mas que logo saíam do partido para fundar o MTR – apoiavam abertamente os candidatos da coligação chamada de Movimento de Renovação Municipal (PSD – UDN – PL). Esse apoio era evidenciado em edição do jornal “A Razão” de 4 de novembro de 1959. Há, nessa edição do diário local, um convite para um comício de encerramento da campanha dos candidatos Miguel Sevi Viero e Vitor Hugo. O destaque era para a presença do deputado Fernando Ferrari, além do ex-prefeito e então deputado pelo PTB Heitor Campos. Além desse convite, em muitas outras edições aparecia o destaque do apoio de Fernando Ferrari ao Movimento. O PSP, oficialmente, colocou-se ao lado de perrepistas e trabalhistas. No entanto, também no jornal “A Razão”, agora em 2 de outubro, se pode ler a seguinte manchete: “Líderes Adhemaristas apoiam a dupla Viero – Vitor Hugo, mostrando que nem sempre a política municipal estava plenamente alinhada com a estadual ou nacional.

A campanha, bem como as eleições, ocorreu no referido cenário de contradições e dissidências. O resultado foi curioso, como nos mostra o jornal “A Razão” de 10 de novembro de 1959: o PTB elegeu o maior número de vereadores da década, um total de 9. Entretanto, a vitória no Executivo foi de Viero e do Movimento de Renovação Municipal. Ainda mais destoante foi o resultado para vice-prefeito: o candidato do PTB não só venceu o candidato conservador, como também foi o mais votado de toda a eleição.

Em números, o resultado foi Miguel Sevi Viero, com 12539 votos contra 12162 de Deocleciano Dornelles, do PTB. José Fidelis somou 13086 votos e, como já dito foi, o mais votado, seu oponente, teve 11236 votos. Podemos encontrar explicações para resultados tão destoantes no momento vivido politicamente pela cidade, momento esse de divisões políticas e coligações peculiares. Era exemplo o caso PTB-PRP, já referenciado nesse artigo como dois partidos de “agendas políticas diferenciadas” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 72).

No Legislativo, além dos 9 vereadores do PTB – larga vantagem para os outros partidos –, foram eleitos 4 vereadores do PSD e 1 do PL, somando 5 representantes do Movimento de Renovação Municipal. O PDC completava o grupo de 15 vereadores com o vereador Nelson Marchezan. Mesmo que não coligado na eleição para a prefeitura, o PDC compôs o bloco anti-PTB, como pode ser visto nas atas das sessões da Câmara. O PTB perdeu a prefeitura, em 1959, após duas vitórias seguidas (1951 e 1955), mas conseguiu a esmagadora maioria na Câmara, possibilitando forte embate com o Executivo e a bancada situacionista. O resultado das eleições municipais em 1959 seguia o ritmo do grande êxito obtido pelo PTB nas eleições de 1958, mas a perda do executivo municipal já demonstra o enfraquecimento da cultura política trabalhista.

Já se pode perceber, a partir dos resultados de 1959, que, no âmbito municipal, os ares políticos começavam a mudar. Em 1960, como já exposto, o candidato do PTB à presidência, o Marechal Henrique Teixeira Lott, venceu por pouca diferença em Santa Maria, bem como João Goulart, candidato a vice, foi derrotado por Fernando Ferrari do MTR. Esse é um destaque cabível, pois nunca havia ocorrido na cidade uma derrota do PTB nas eleições nacionais ou estaduais desde a consolidação do Partido, em 1947. O processo eleitoral de 1963 para Câmara e Prefeitura ocorreu sob essa nova configuração política, somado aos reflexos da tentativa de golpe em 1961 e todo o acirramento político-ideológico já referido.

Em âmbito municipal, para as eleições 1963, parte das agremiações de orientação liberal-conservadora aglutinou-se em uma coligação chamada União Popular Santa-Mariense (UPS). Essa união foi feita pelos partidos de menor expressão em Santa Maria: UDN, PL, PRP e PSP. Eram, no total, 83 candidatos, distribuídos por PSD, PTB, PDC, MTR, além da já referida UPS.

Para o Executivo, concorreram Paulo Lauda e Adelmo Genro, do PTB, para prefeito e vice, respectivamente, contra Izidro Gai e Antônio Abelin, que representavam o maior bloco anti-PTB já formado em Santa Maria: PSD, PDC, MTR e UPS. Vemos que mesmo o PSP, que – fora 1959 – não se mostrava claramente em algum lado da disputa, somou-se aos liberais-conservadores. Logo, na Câmara, o PTB teria que disputar a maioria contra os membros de todos os partidos desse grupo que fossem eleitos.

Como vemos no jornal “A Razão” de 14 de novembro de 1963, Paulo Lauda e Adelmo Genro foram vitoriosos, mas a imensa maioria de 9 vereadores que possuía o PTB foi perdida. Os conservadores somaram 8 parlamentares contra 7 do PTB. Lauda foi eleito com 18517 votos, quase 3 mil a mais que seu oponente. Adelmo conseguiu pouco menos de 20 mil votos. O total de votos do PTB nas eleições proporcionais não acompanhou os votos de seus candidatos ao Executivo e, frente ao enorme bloco formado pelos liberais-conservadores, tornou-se impossível conseguir maioria na Câmara. Contra os 7 eleitos pelo PTB, estavam 3 do PSD, 2 da UPS, 2 do PDC e 1 do MTR. É importante destacar que o MTR, dissidência do trabalhismo, colocou-se junto do bloco liberal-conservador.

Esse é, portanto, o pior momento do PTB não só no estado, como já referido, mas também na cidade de Santa Maria. Os trabalhistas, além de contar com seus já tradicionais adversários, sofrem com a dissidência representada pelo MTR, bem como com o surgimento e crescimento do PDC.

Considerações finais

Levando em conta esses dados e considerações, podemos concluir que os eleitores de Santa Maria vão aos poucos se aproximando do bloco conservador e fazendo-o crescer. Desde sua consolidação, em 1947, o PTB sempre se manteve forte na cidade. Em 1951 e 1955, o prefeito eleito era do PTB e era esse também o partido com maior número de vereadores na Câmara Municipal. O cenário só era equilibrado no legislativo municipal através das alianças formadas pelos partidos que, tradicionalmente, faziam oposição ao trabalhismo no estado. Se pode dizer que o trabalhismo foi dominante em Santa Maria durante a década de 1950: nos votos dos santa-marienses para a Assembleia do Estado, o partido manteve um índice próximo aos 45%; nas eleições para a Câmara Federal, os trabalhistas sempre obtiveram em Santa Maria mais de 50% dos votos, chegando a 62% em 1958; os candidatos petebistas ao governo do estado e a presidência eram sempre os mais votados na cidade, ainda que nem sempre fossem eleitos. Mesmo perdendo o executivo municipal em 1959, o partido obteve uma maioria de 9 vereadores, que não conseguia ser batida nem pela aliança dos partidos conservadores.

Porém, essa posição dominante começou ser derrubada a partir da segunda metade da década de 1950: primeiramente com a estruturação do PDC, em 1954, e posteriormente com a dissidência representada pelo MTR, em 1959. Após seus melhores resultados na cidade, nas eleições de 1958 e 1959, o partido entra em declínio do ponto de vista eleitoral, ao passo que o bloco anti-PTB se fortalece, mesmo que os seus componentes tradicionais – PSD, UDN, PL e PRP – não tenham tido crescimento individualmente. PDC e MTR deslocavam votos de todas as outras agremiações já estabelecidos: tanto do PTB quanto de PSD, UDN, PL, PRP, PSP, etc. No entanto, os novos partidos somaram-se ao bloco liberal conservador anti-PTB e, dessa forma, “devolviam” os votos que retiravam de seus aliados. Já os votos que eram deslocados do PTB não retornavam, fato que tornou o crescimento desses dois partidos estratégico para o bloco anti-PTB e extremamente prejudicial para os trabalhistas.

De uma maioria de 9 vereadores eleitos em 1959, o PTB caiu para 7, em 1963. Além disso, viu seus adversários elegerem, ao todo, 8 parlamentares – não por coincidência dois eram do PDC e um do MTR. Essa situação proporcionou, na cidade, o fortalecimento de uma cultura política conservadora, ligada ao declínio da cultura política que teve força durante os fins dos anos 1940 e boa parte dos anos 1950, mas que encontrou nos anos 1960 um terreno político extremamente desfavorável, o que possibilitou o grande apoio ao Golpe Civil-Militar na cidade.

Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET et al. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

KONRAD, Diorge Alceno. Sequelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In. PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e direita civil-Militar em Santa Maria* (1964-1968). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

THOMPSON, E.P. A lógica da história. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

Fontes:

Estatísticas estaduais e nacionais:

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

Estatísticas municipais:

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)